

NO "TEMPO DA POLÍTICA": PARENTELA, REDES DE RELAÇÕES E POLÍTICA PROFISSIONAL NO INTERIOR SERGIPANO¹²

Autora: Pâmella Synthia Santana Santos – PPGS/UFS/SE

Coautores: Arthur Ives Nunes da Mota Lima – PPGS/UFS/SE

Fagner dos Santos Bomfim – PPGS/UFS/SE

Palavras-chave: política profissional, parentela, redes

INTRODUÇÃO

A “política”, em grande medida, é compreendida pela maioria da população através dos componentes que melhor refletem os seus jogos de disputas e apoios políticos, o que se traduz tanto na manifestação do voto no período eleitoral, quanto pelo engajamento político-partidário ou mesmo nas mobilizações dos movimentos sociais. Essas são, por assim dizer, as características que mais exteriorizam tais lógicas e interações, não por acaso são sua face mais conhecida. Contudo, o “tempo da política” (PALMEIRA, HEREDIA, 1995) pressupõe toda uma trajetória constitutiva até ser sintetizada no seu momento de maior exteriorização e visibilidade, o que implica considerar uma operacionalização diária e não se limitando ao certame meramente institucional ou do período eleitoral.

Exatamente dentro dessa consideração prévia, torna imperativo constatar o fato de que há elementos de interação e lógicas de construção política que ultrapassam os limites formais e institucionais, se vinculando necessariamente a dinâmicas de sociabilidade cotidianas. Ou seja, a política não é um elemento estático, pelo contrário, ela se estabelece de maneira permanente nas relações de sociabilidade dos atores e nos fluxos de trocas entre esses.

A partir desta leitura, torna-se mais claro o caminho lógico trilhado para o estabelecimento das pretensões de investigação neste artigo. O objetivo central é o de analisar a relação entre política institucional e não institucional no que concerne ao

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

² Este trabalho foi construído a partir de duas pesquisas a nível de mestrado – uma finalizada e outra em processo de finalização –, que tiveram apoio de bolsa de estudos graças a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

cotidiano da política. Para dar conta da mesma, será aportada, através da observação participante e do uso da etnografia política, uma compreensão centrada nos modos de atuação profissional e nas modalidades de mobilização das redes de relações por parte de vereadores sergipanos dispostos em duas regiões do Estado de Sergipe. Mais objetivamente, o universo empírico aqui elegido consiste no conjunto de vereadores de duas câmaras municipais do interior do Estado de Sergipe – sendo uma situada no agreste sergipano, composta por 17 atores e a outra situada na região leste desse mesmo Estado, integrada por 11 atores – a fim de se compreender o modo como tais vereadores mobilizaram o papel de “cabos eleitorais” nos pleitos para governador referentes aos anos de 2014 e 2018.

Nesse quadro, nos é possível aludir, mais especificamente, ao modo como a dinâmica eleitoral depende diretamente desse ator político (os vereadores/cabos eleitorais) os quais, apesar de ocuparem a posição mais baixa da hierarquia de cargos políticos, são aqueles que possibilitam uma articulação e circulação da esfera de influência dos mais variados grupos, além de serem peças chave para sustentação dos grupos políticos. A dimensão das redes de base familiar, também chamadas de “parentelas”, como veremos, traduzirão mais efetivamente a maneira como se operacionaliza tais articulações por parte dos vereadores. Sendo assim, fica posta a premissa de que é necessária uma compreensão da dinâmica política tendo o município como base para tal, visto que é nele que as relações de sociabilidade se encontram mais próximas, tanto pela base eleitoral dos candidatos, quanto pelo espaço de atuação do vereador/cabo eleitoral.

A construção deste artigo acompanha um itinerário que está subdividido em três partes fundamentais. Na primeira delas será abarcado uma reflexão mais teórica para a composição da problemática aqui suscitada; no segundo momento se destrinchará as etnografias das observações participantes sobre a dualidade na atuação do político profissional, que se divide em vereador e cabo eleitoral em um município situado no agreste sergipano no que concerne ao tempo da política no ano de 2014; em terceiro, e por fim, será sintetizada a importância de uma investigação que tome por princípio a dinâmica política a nível municipal, evidenciando sobremaneira o peso que as relações de base familiar exercem como respaldo constitutivo dessas articulações políticas, tendo como contexto um município do leste sergipano, e temporalmente, no ano de 2018.

Enfim, o presente artigo abarcará em sentido bastante amplo uma modalidade de estruturação do poder político. É importante se desvelar os modos de estruturação da

vida cotidiana, seus mecanismos de funcionamento e contradições. Cabe ao cientista social o papel de se debruçar aos modos como essa particularidade estrutural se opera nas redes de relações humanas, neste sentido, o presente artigo é um exemplo do caminho de compreensão para tal.

Construindo uma discussão acerca do “fazer política”.

Como elencado na introdução, esta primeira parte se dedicará a discutir os aspectos de cunho teórico que fundamentam a construção deste trabalho. A pretensão não é exatamente a de se estender quanto aos desdobramentos das mais variadas agendas de pesquisa nesta área temática, mas sim a de se empreender uma reflexão em que se apresente mais claramente o processo lógico que viabilizou a constituição da problemática e dos objetivos de pesquisa. Isso implica aludir a uma discussão mais sintética e objetiva em relação às pretensões de pesquisa, no que se abarque desde a pertinência de uma análise aos moldes da Antropologia da Política até às lógicas diversificadas do exercício político, neste caso, traduzidas no contexto de formação de redes de base familiar na sustentação da política a nível municipal, as “parentelas”.

Em princípio, vale recolocar em primeiro plano as bases de reflexão que foram suscitadas logo na introdução. A premissa de que a “política” não deve ser compreendida de maneira estática tem por fundamento reflexivo a noção lançada por Palmeira e Heredia (1995) quanto ao “tempo da política”, a qual, de maneira básica, alude ao período em que são reafirmados posicionamentos ou são desfeitos compromissos políticos entre grupos faccionais, trânsito esse que se baseia nos modos como os vínculos entre os membros desses grupos foram mantidos. Ou seja, aqui se pressupõe todo um processo constitutivo de relações entre os mais variados grupos e forças políticas que tange a inúmeros mecanismos de sociabilidade, de fluxos relacionais ou trocas, que vão muito além do período eleitoral.

Essa linha de raciocínio permite que se exacerba os contornos da dimensão “oficial” da política, tornando possível notabilizar o peso e a influência que outras esferas do mundo social (como a dimensão religiosa, familiar, de amizade, etc.) podem denotar dentro das lógicas de interação, disputas ou arranjos políticos. Partidos, grupos políticos e movimentos sociais são importantes, mas, se limitados a um hermetismo institucional, traduzirão apenas uma pequena parte do real significado do modo como se constitui e se mobiliza o poder político.

Arrogar a essa quebra de fronteiras do campo investigativo da política, uma vez tomando-o enquanto objeto, traz consigo um desafio mais objetivo, relativo à melhor forma de se aportar a uma restituição de um “ponto de vista nativo” (OLIVEIRA, 2017, p. 114) sobre a mesma. Nesse quesito, a investigação de cunho etnográfico é fundamental para tal apreensão, pois por um lado ela estabelece realisticamente as diversas formas de articulações e práticas sociais, pela manifestação dos próprios atores envolvidos. Por outro lado, implica aferir ao fato de que a forma como se estrutura o poder político pode cooptar formas variadas para sua constituição, o que implica mais especificamente para o caso deste artigo, a tomada interpretativa da dimensão das redes de base familiar (as “parentelas”).

Como veremos, essa noção das redes de parentela será fundamental para captar o modo como se desenha o poder político no interior do Estado de Sergipe, em sua esfera, por assim dizer, mais íntima, relativa à capacidade de atuação dos vereadores enquanto cabos eleitorais, os quais traduzem objetivamente o modo como se desenham as alianças e disputas entre parentelas, ou seja, desenham os cenários de apoio político; notabilizando, então, a uma modalidade de estruturação do poder político.

Para tanto, vale antes definir mais concretamente o que vem a ser uma “parentela”. Basicamente, este termo representa uma maneira específica de interpretação das relações de base familiar contraposta à perspectiva do “parentesco”. Nesse caso, as autoras Pereira de Queiroz (1976) e Lewin (1993) compreendem a “parentela” como elemento que transcende a mera constrição ao elemento consanguíneo ao considerar, para além desse elemento, uma rede ampla de parentes, afiliados, amigos e aliados políticos. Ou seja, trata-se de uma modalidade de organização social marcada por uma fluidez constitutiva em relação ao que vem a ser a base familiar, sendo muito maior do que aquela compreendida pela referida ideia do mero parentesco baseado na consanguinidade.

Muito marcadamente, o sistema de parentelas exerceu forte influência nos arranjos políticos do século XIX até o início do século XX em todo o país, pois era de sua mobilização em que se organizavam as alianças políticas a nível municipal. Líderes políticos nordestinos, por exemplo, inflavam a ocupação de cargos prestigiosos no Estado por parte de correligionários e indivíduos que orbitassem sua parentela a fim de compreender um domínio da máquina estatal por pessoas de sob sua influência (LEWIN, 1987). Nesses termos, o poder político desses líderes locais comungava de uma influência não limitada a sua família, mas sim de um conjunto de alianças que se

distribuía entre parentes, amigos (compadres) e largas alianças a nível político. Nessa composição é que melhor se define a percepção da parentela, ou seja, enquanto uma ampla rede de relações com base familiar.

Um exemplo interessante de que o sistema de parentela não compreende uma forma de organização social restrita ao nordeste (que evidentemente teve sob o fenômeno coronelístico o período que mais notabilizara sua operacionalização), diz respeito às considerações de Adorno (1988) quanto ao fenômeno do “bacharelismo” jurídico. Ainda que o referido autor não faça uso da terminologia “parentela”, as características do fenômeno do bacharelismo por ele estudada parecem manter uma lógica atrelada àquela. De maneira básica, Adorno (1988) relata que ao final do período imperial uma série de bacharéis em Direito passaram a ocupar cargos públicos e eletivos, servindo enquanto figura “mediadora entre interesses privados e interesses públicos, entre o estamento patrimonial e os grupos locais” (ADORNO, 1988, p. 78). Isto é, a titulação acadêmica fora utilizada enquanto recurso fundamental para o acesso a tais cargos públicos no período de emergência da República, se traduzindo, portanto, enquanto uma modalidade de ampliação da solidariedade, domínio e articulações das famílias e grupos políticos compreendidos enquanto uma elite paulista.

À luz dessas considerações, torna-se mais claro o porquê da formulação da premissa de que é necessária uma compreensão da dinâmica política para além dos limites oficiais de sua operacionalização. Os exemplos aqui lançados quanto ao peso e a pertinência das parentelas na formatação dos arranjos políticos a nível local e de Estado, reforçam tal premissa. Ainda que a lógica da parentela se apresente mais marcadamente atrelada a um contexto político no final do século XIX e início do século XX, suas características se prolongam e ainda hoje se traduzem de diferentes maneiras, a exemplo do que veremos com relação às formas de atuação dos vereadores circunscritos num papel de cabos eleitorais.

Em síntese, a proposta de análise em que se considere a formatação da política a nível municipal ao se abranger as atuações dos vereadores enquanto cabos eleitorais, como há de se descrever logo mais, permitirá compreender que a atuação desses indivíduos se dá em conjunto com o sistema de funcionamento dos arranjos das parentelas. Os vereadores, apesar de ocuparem a posição mais baixa da hierarquia de cargos políticos, são aqueles que possibilitam uma articulação e circulação da esfera de influência dos mais variados grupos, além de serem peças chave para sustentação dos grupos políticos. A dimensão das redes de base familiar, enfim, traduz mais

efetivamente a maneira como se operacionaliza tais articulações por parte dos vereadores.

Atuando no “tempo da política”: o papel do ofício do cabo eleitoral.

Um dos atores da campanha eleitoral, ou do chamado “tempo da política”, que muitas vezes acaba sendo deixado de lado nas análises sobre o cotidiano é o cabo eleitoral. Porém, por que não é dada a devida atenção a esse ator que basicamente é quem toca a campanha de seus candidatos? Obviamente o próprio candidato necessita estar nas ruas, fazendo o seu nome, porém, o mesmo precisa estar em vários locais ao mesmo tempo. Isso só se torna possível através dos seus representantes, que são o objeto de estudo deste artigo, como também o foi na pesquisa de Santos (2016) que acompanhou 9 dos 17 vereadores de um município do agreste sergipano, onde esses atuaram como cabo eleitoral na eleição de 2014. Todos os atores se dividem em dois grupos políticos, que controlam o município há mais de 40 anos, sendo remanescentes da Arena, partido da ditadura militar. Ambos os grupos estavam aliados à maior família política da época, o que ocasionou a divisão da Arena nesse município em Arena I e Arena II. O município foi um ponto fora da curva no contexto político estadual, mas atualmente se coloca no mesmo cenário estadual, entre agrupamentos e rede de base familiar.

A pesquisa mencionada foi feita de corpo a corpo, acompanhando desde antes do início da campanha eleitoral, até após ela. Nesse artigo, focaremos no tempo da política em si, porque é nesse momento em que a atuação do cabo eleitoral é evidenciada. Ela se divide entre as ruas e a Câmara Municipal, seja ela usada durante as sessões ou nos gabinetes particulares. O interessante disso, é que não há limite do uso, visto que todos se utilizam desse recurso – a câmara – como forma de efetivar institucionalmente o seu apoio a determinado candidato, principalmente porque é um espaço público, como também as sessões eram transmitidas via internet e as coordenações de campanha visitavam os municípios para acompanhar como que os cabos eleitorais estavam se posicionando. Além da rua e da Câmara, havia outro local onde a campanha era feita: nas emissoras de rádio. Esse município conta com duas rádios principais, que são de posse dos dois grupos políticos, controlados pelas principais famílias, além de que há rádios comunitárias que acabam servindo, de certa maneira, a esses grupos.

É importante destacar também que esses atores políticos, apesar de estarem inseridos nos grupos, não fazem parte diretamente dessas famílias, pensando no nível da família nuclear ou até mesmo extensa, porém, dentro da discussão da literatura já apresentada previamente, eles se encontram no que viria a ser uma rede de base familiar. Necessariamente, essas famílias não são somente as que controlam o município. Quando se trata de uma rede, toma-se um grupo que é composto por vários nomes. No caso desse município, o que se encontra situado no agreste sergipano, as famílias políticas têm em suas redes, as famílias da capital do Estado. Obviamente, se tratando de uma campanha estadual, é importante resgatar esses laços e entender como se dá as atuações tanto dos cabos eleitorais, como também dessas “parentelas”.

Passando para os dados empíricos coletados, antes da campanha eleitoral, estava acompanhando o cabo eleitoral Paulo Guerra em um dia de terça-feira para fazer visitas a alguns conhecidos para traçarem estratégias para a campanha eleitoral, e no carro estávamos ouvindo um programa da rádio Nova Aliança FM, no qual o radialista dizia que “os políticos do nosso município devem se lembrar de suas obrigações. Estão ganhando para isso. Só pensam em campanha eleitoral. Só pensem quando tiver perto, e não durante o ano todo”; perguntei ao cabo quando ele começava a pensar nas campanhas eleitorais e obtive a seguinte resposta:

Eu penso em campanha eleitoral, seja ela municipal ou estadual, quando eu faço o meu trabalho como político. Se eu faço o meu trabalho bem, necessariamente eu estou apto a me candidatar. Claro que a gente sempre pensa na próxima campanha. A gente vive disso, não tem como fugir se é o nosso dia a dia.

As sessões na Câmara Municipal tinham início às nove horas da manhã, às segundas e quartas. Na primeira sessão do semestre, em um dos acompanhamentos de um vereador até a Câmara, no horário de oito horas, onde ele apresentou a autora deste artigo aos funcionários da casa, como pesquisadora, dizendo que iria acompanhar o cotidiano dos vereadores, entre outras coisas; todavia, o vereador não ficou na Câmara, andou pelo centro da cidade, falou com populares, distribuiu santinhos, como também teve a oportunidade de ser abordado por outros cabos eleitorais (foram quatro ao total, que não exercem na política profissional) de outros candidatos. Nesse momento, fez-se uma rodinha e começaram a debater sobre as carreatas que aconteceriam durante a semana e sobre as suas campanhas; durante a fala deles surgiu o termo “cabo eleitoral secundário”; todos os quatro usaram esse termo para se referirem aos seus próprios cabos, à sua base eleitoral. Quando perguntei o que viria a ser o “cabo eleitoral

secundário” tive a resposta de que “são os que [es]tão rodando os povoados todos a meu mando”. Fato interessante que mostra a relação dessas lideranças com as suas bases eleitorais, e como eles são tratados.

Na Câmara, a tribuna é utilizada para os vereadores terem o seu momento de denunciar condições em que ruas, bairros, povoados se encontram, de parabenizar o serviço de alguma secretaria, de falar o que lhe bem entender. Com o início da campanha eleitoral, a tribuna também tem servido como espaço para fazer campanha. Um dos vereadores falou sobre o andamento da reforma da praça principal do povoado Aldeia Grande, que é de responsabilidade do governo do estado, iniciada no mandato do ex-governador Marcelo Déda, que se encontrava parada há meses, e quando foram retomadas as atividades, parou de novo devido às intensas chuvas; o mesmo caso é o do Balneário “Bica”, na saída da cidade, reforma também de responsabilidade do governo do estado.

Segundo o vereador, isso é algo que compromete a visão de responsabilidade que o governo tem, e que isso não pode ser deixado passar, e que “se Deus quiser o outro [Daniel Caetano] assume em 2015 e o estado vai pra frente”. Apesar de ele não ter usado diretamente o nome do candidato, todos têm conhecimento que ele se encontra apoiando Daniel Caetano. Outros vereadores também usaram a tribuna para falar sobre seus candidatos, mas dessa vez de forma explícita. Um usou o espaço para falar sobre o candidato Julinho Ferreira: “ele é a escolha certa para ser um bom representante, ele é um menino direito, jovem, inteligente, e ele com certeza merece ganhar. O seu número é muito fácil de decorar, xxxxx”. Mesmo sendo uma forma totalmente explícita de incitar o voto, em momento algum o vereador foi repreendido pelo presidente da Câmara.

A inevitabilidade de mostrar-se presente ficou perceptível na convenção do PSC e na inauguração do comitê, quando um dos cabos eleitorais conseguiu entrar ao lado do candidato, nesse que é um momento em que se recebe grande atenção e, assim, fazendo com que fosse visto por todos. Ainda na convenção, o cabo eleitoral conseguiu se instalar no comitê de imprensa, podendo conversar com outros candidatos a senador, deputado, etc. –local onde somente pessoas de reconhecimento se encontravam presentes. Ao voltar ao local onde estavam os outros cabos eleitorais, ele falou:

Tem que fazer essas coisas para os homens grandes verem que também sou grande, tem que aparecer! Não pode dormir no ponto. Eles me vendo logo, depois [es]tou livre pra ir embora. Nesses eventos, a gente só tem que aparecer pra eles verem e pronto, até porque o nosso trabalho é nas ruas mesmo e depois só prestar contas com os votos.

Com isso, a visibilidade se torna uma arma para o cabo eleitoral. Tendo ele uma constante presença, mostra que acompanha o candidato e que seu apoio é importante. Para Goffman (2002), a noção de que uma representação apresenta uma concepção idealizada da situação é, sem dúvida, muito comum. Assim, quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo.

Todavia, um fato que contradiz a fala desse cabo eleitoral é que em uma das idas a Aracaju para falar com o seu candidato a deputado federal, ao receber uma ligação de uma pessoa pedindo uma “ajuda”, o cabo falou: “Ô amiga, eu vim a Aracaju trazer um pessoal no hospital pra fazer uns exames. Me ligue à noite, que já vou estar em casa”. Não foi necessário questionar o porquê de ele ter dito isso, pois o mesmo já foi se justificando:

Aqui já era pra pedir dinheiro, e assim não dá, né? Só me ligam pra pedir dinheiro, e eu dizendo que fui levar alguém no hospital ou algo do tipo eles pensam que [es]tou trabalhando e alguns até desistem de pedir. Não é por ruindade, se fosse eu não estaria na política, mas é que tem gente que não entende, pensa que a gente tem dinheiro de sobra e não é bem assim.

Nesse caso, a presença não é importante, até porque não são os “grandes” que estão vendo, mas também “mostrar” que está trabalhando independe se é para os “grandes” ou não.

A constante atuação do profissional da política foi percebida após essas reuniões (que aconteceram em Aracaju no gabinete dos candidatos), no regresso à cidade, e pude observar como eles atuam e se comportam. Depois de terem saído do gabinete, fomos jantar na saída de Aracaju e durante todo o caminho a conversa foi totalmente sobre a campanha eleitoral e sobre as articulações dos outros candidatos. Um dos exemplos que foi comentado durante o jantar foi que um determinado candidato a deputado estadual pode não ter um grande número de votos no município por ele estar ligado à família Vieira e ao mesmo tempo apoiar o candidato a senador do outro grupo. E depois, na volta para o município de origem, o assunto continuou o mesmo, mas com pequena variação, sobre a atuação do atual prefeito da cidade (o qual passava por um momento delicado com os professores municipais, que estavam em greve e retomaram a greve em 2015 mais uma vez) e como essa situação pode influenciar na popularidade do ex-prefeito da cidade, que foi candidato a deputado estadual e foi tido como potencial candidato a prefeito na eleição de 2016.

Outra situação que comprova essa constatação aconteceu na inauguração do comitê do candidato a Daniel Caetano. Ao chegar ao comitê, fomos nos localizar e procurar pessoas conhecidas que variavam entre médicos, advogados e grandes personalidades políticas, como o irmão do candidato, um ex-secretário de obras de obras do estado, um médico cirurgião conhecido do cabo eleitoral, entre outros. Ao encontrar, as conversas eram basicamente sobre como andava a política no município com os grupos Cochara e Matamatá, e como estava a atuação do cabo como vereador.

Em uma das sessões da Câmara, o comitê de campanha do candidato Daniel Caetano foi ao município para acompanhar somente a fala de um dos vereadores, o cabo eleitoral Heitor, pois na semana anterior ele rebateu a fala do candidato Benjamim Azevedo quando foi a uma emissora de rádio da cidade, e falou que o primeiro nunca tinha feito nada para o município. Com isso, uma boa ocasião para os aliados do candidato do PSC, pois tendo a oportunidade de mostrarem-se capazes, somente o Heitor conseguiu aproveitar. Esse cabo foi convidado pelo próprio candidato para acompanhá-lo no comício em outro município vizinho, juntamente com o seu filho. Falas assim são constantes, porque além de confrontarem-se entre si, os populares que vão assistir às sessões acabam repassando o que viram, além de as sessões serem transmitidas pela internet:

Esse governador não [es]tá com nada. A gente [es]tá vendo o que [es]tá acontecendo com a nossa cidade, o nosso estado. Se Deus quiser, o nosso, o mais competente assumirá em 2015 e não teremos atraso de quatro anos como está com a bica³, muito menos o descaso que a gente vê nos hospitais dos municípios afora. A gente precisa fazer com que o povo acorde e escolha o melhor pra todos (CE Diego Fontes).

Quero parabenizar o nosso candidato ao senado Ricardo Lemos pela atuação dele como deputado federal. Tenho certeza de que ele trará mais benefícios do que os outros senadores do nosso estado. Um dia fui falar com Caetano, fazer um pedido a ele para trazer à nossa cidade um aparelho de tomografia. Sei que se tivesse esse aparelho aqui, teria sido melhor no tratamento da minha falecida esposa. O senador se comprometeu em entregar e não entregou. É nele que devemos confiar o nosso estado? (CE Jorge Santos).

Eu tenho certeza de que caso o atual governador se manter [*sic*], ele com certeza dará continuidade às obras do saudoso ex-governador Marcelo Déda, pois foram eles dois que fizeram um projeto juntos para trazer o melhor ao nosso estado. Deve-se prestar atenção em quem se vota. Pessoas com uma grande carreira política, com uma boa experiência sabem o que fazer de melhor para a população sergipana (CE Paulo Guerra).

³A bica é um balneário da cidade que foi construída na gestão do ex-prefeito Cabo Antônio (1993-1996).

O prefeito pode até ter falado que podiam apoiar quem quiser, mas quem é Matamatá tem que se comprometer a estar com os candidatos do grupo. Se há um grupo, se faz parte dele, a gente é obrigado a estar junto do grupo. Depois chega a campanha de prefeito, e ficam falando que é Matamatá, mas na hora de estar com o grupo, foi apoiar candidato do outro grupo. Eu não admito isso (CE Paulo Guerra).

Essa última fala é importante no que concerne à importância de mostrar-se fiel ao grupo e de fazer com que o grupo seja prestigiado, mostrando que é essencial a identidade de “ser Matamatá” em qualquer circunstância. Porém, o CE Noé Francisco falou na sessão da Câmara que mesmo sendo Matamatá, iria apoiar o Daniel Caetano; no mesmo momento, o CE Heitor disse que ele “está certo e que tem que buscar apoio, mesmo”. Com isso, questões de autonomia dentro dos grupos por parte dos cabos eleitorais pode se tornar importante para compreender o papel das facções na atuação desses cabos eleitorais, como também para além de “ser cabo eleitoral”.

A continuidade observada entre as relações políticas e os laços cotidianos permite relativizar a ideia de pensar a atividade política como constituída de relações sociais de natureza específica e estranhas ao dia a dia das pessoas. A concessão de bens e serviços sob a forma de favor tem sido uma estratégia conscientemente utilizada por representantes políticos com o objetivo de acumular um conjunto de relações pessoais a partir do estabelecimento de dívidas pessoais.

Interessa, por exemplo, a um candidato a deputado estadual ou federal que, não tendo bases eleitorais, isto é, nem eleitores nem cabos eleitorais distribuídos ao longo de todo o estado, associar seu nome, em municípios onde é desconhecido ou menos conhecido, a diversos vereadores que tenham peso e base eleitoral e que, atuando como verdadeiros cabos eleitorais, garantam sua entrada nesses lugares. Mas interessa também ao candidato “local”. Assim, por exemplo, estar associado a um determinado deputado, ou candidato a deputado, que tenha peso dentro da facção já é em si importante para um vereador, e ainda o será mais se esse político tiver sua base eleitoral no mesmo território em que o candidato concorre. Como esses grupos já se mantêm há certo tempo, a rede política dos mesmos dificilmente mudará, pois já acarreta no status do ator estar vinculado a tal grupo/chefe político, como fala Kuschnir (2000, p. 56) que “o partido é identificado com seus comandantes e seus amigos. Tanto que os partidos e candidatos costumam ser referidos a partir do nome de um ‘chefe político’. À pergunta ‘fulano é de quem?’, responde-se: ‘É do partido do sicrano’”

Há uma correspondência com o que acontece pelo lado dos militantes. Eles sempre dizem trabalhar para alguém, isto é, para um candidato em particular, e nunca

para o partido em geral ou para vários candidatos que estão disputando os mesmos cargos. Dentro da facção, ao contrário, a disputa pelo espaço é uma disputa constante. Isso indica a existência de uma temporalidade específica para os políticos, isto é, para aqueles que fazem política o tempo todo, que se diferencia da temporalidade concebida pelas populações como “tempo da política”. O que aparece como sendo uma disputa entre facções é aquela que acontece durante a campanha eleitoral, pois a política, fora do período eleitoral, faz-se fundamentalmente dentro da própria facção. E retomando a fala do CE Paulo Guerra, são eles que levam o nome dos grupos e que fazem eles continuarem no dia a dia da população, pois ela também exige saber de qual “lado” eles estão, tanto nas eleições como também depois dela.

Ora afins e outrora rivais: “- Aqui a política se faz em casa e para o fortalecimento dos chefes da casa!”.

Essa é a frase de um dos vereadores no pequeno município do leste sergipano e é por meio dela que podemos construir toda a nossa narrativa a respeito da política neste local. Assim sendo, para chegar a este município, é preciso cruzar toda BR101 e ir adentrando nas áreas verdes ainda hoje destinadas ao plantio de cana de açúcar, atividade econômica característica em todo Vale do Cotinguiba, e característica predominante aqui. Tendo a economia açucareira como um traço contínuo do seu período de colonização, neste município, economia, religião, cultura e política, principalmente, circunda em meio “a cultura canavieira”.

Ao chegar ao município, à cultura canavieira permanece encrostada em aspectos sutis e marcantes do cotidiano desse lugar. Seja desde o seu mirante erguido em meio aos canaviais até o seu brasão, evidenciando a potencialidade atribuída ao ciclo açucareiro e resistente por aqui. Esses traços são significativos para entender o ‘jogo da política’ que ocorre na cidade. Aqui a política não acontece apenas nos períodos eleitorais, mas sim está presente em relações sociais e nos traços de dominação que delas são frutos. São exemplos disso, os acordos por pontos comerciais, casamentos entre descendentes políticos, laços de amizade feitos e desfeitos e clubes de futebol, nas rodas de conversas nos finais de semana. Aqui a política está intrinsecamente presente na rotina desses munícipes.

Inicialmente, de meados do séc. XVIII até o início da república, a política municipal ficou centralizada numa única família, “os Leites”, embora esses já fossem

descendentes de um tronco familiar no Estado, os “Acioli”, os “Rabelos”, os “Faros” e os “Rollembergs”, noutras palavras, uma parentela (QUEIROZ, 1976), onde o princípio básico era a construção de um grande grupo familiar, um “domínio de base familiar”, representativo em todo Vale do Cotinguiba. Sendo que neste município, os Leites foram os que dominaram a política local. Contudo, a partir da Era Vargas e efetivamente com a imposição da tutela militar essa configuração ganhou outros contornos, sendo adquiridos outros atores para a composição da “família extensa” (CÂNDIDO, 1951) desse bloco político e familiar.

Tendo como base as relações exógenas e endógenas na composição familiar, assim também se configurou a política municipal, onde novos ‘agregados’ foram acionados e reconvertidos para a composição de um grupo político significativo em torno da liderança política dos Leites no local. Assim, novos atores são incorporados na política municipal, a exemplo dos “Oliveiras” e dos “Araújos”. Acionados inicialmente através de indicações diretas do chefe do grupo político local, o Sr. Leite o qual posteriormente é traído pelos seus próprios parceiros – o Oliveira e o Araújo – num jogo político que resultou na construção de duas novas lideranças locais.

A partir de então, década de 60, a política representativa do município sempre ficou direcionado ao poderio de três famílias. “os Leites”, “os Oliveiras” e “os Araújos”. Numa perspectiva histórica da política desse município, são por meio dessas três famílias que novas lideranças políticas são construídas e se fortaleceram os traços hereditários da família leite no município, os tornando desde então, os chamados “donos da casa”. Cada um dos líderes políticos dessas famílias deixaram suas marcas na política municipal, como também repercutiram na política do estado, tendo-se em vista que esses se configuraram como representantes oficiais das bases locais desse município. Sendo identificados até hoje com representantes políticos, líderes, deste lugar.

Atualmente a política aqui ganhou outros contornos, embora ainda costurada por força desses líderes e de suas famílias. Isso se torna bem claro, quando analisamos a composição política do legislativo municipal. Quando entramos na Câmara Municipal, sua galeria de ex-presidentes deixa claro o poderio dessas famílias na direção política. Ora quando estão no próprio cargo de presidentes, ora em vice-presidentes ou até mesmo utilizando-se de algum ‘representante’ mais adepto ao seu plano e direcionamento político.

Assim, quando tomamos a Câmara de Vereadores como palco para análise da política municipal, fazemos uso analítico de termos como parentela (PEREIRA DE

QUEIROZ, 1976) e lógicas de patronagem e clientelismo⁴ (BEZERRA, 1999), esses quando acionados possibilitam compreender a dinâmica da política local, ampliando-se a sua interpretação para além da própria política institucional, e principalmente os seus traços tipicamente subjetivos, das relações e redes de interesses e dominação.

Quando analisamos a estrutura representativa da Câmara Municipal em exercício (2017-2020), representantes diretos dessas famílias são componente chave da Casa Legislativa. Num universo de nove vereadores, sendo a sua maioria do gênero masculino e apenas duas representantes do gênero feminino, o que torna mais ilustrativa a sua composição é a presença de dois líderes descendentes das famílias “Araújo” e “Oliveira”, um no cargo de Presidente e o outro de primeiro-secretário. Postos esses que há aproximadamente 03 gestões consecutivas sempre ficou reversado entre atores dessas famílias. Um dado importante é que a ausência direta de um descendente da família Leite se dá em virtude da gestão atual está sendo controlada por um dos seus, mas o cargo de vice-presidente, centrado em um dos seus “vereadores mais fieis”. Ou seja, essas famílias de uma forma ou de outra estão sempre no centro político municipal, tanto no legislativo como no executivo municipal.

A partir dos próprios nomes aos quais esses vereadores se denominam e alicerçaram a sua campanha política, é possível construir um perfil político desses atores, tendo-se em vista que cada um deles faz uso de um ou mais de um recurso social como componente eletivo, seja ele família, político ou militante. Os vereadores assim se denominam⁵: Júlia do Sindicato, Augusto Oliveira (dos Oliveiras), Marília do Hospital, Rômulo Pires, Romero Pires (Reminho Pires), Paulinho Araújo (dos Araújo), Raimundinho, José da Fábrica Têxtil e Alberto das ‘Trompas’.

O Paulinho Araújo é atualmente o presidente da Câmara e nitidamente construiu toda a sua campanha sobre o sobrenome de seu pai, o Araújo, o qual os munícipes mantem grande respeito e admiração em virtude de suas gestões como prefeito. Em semelhante perspectiva esta o Augusto Oliveira, neto do Oliveira, fez uso sistemático do nome de seu avô como recurso eletivo, somando-se a outras vinculações familiares,

4 Bezerra (1999) constrói uma análise acerca do uso dos termos patronagem e clientelismo, reconstruindo suas lógicas quando incorporados a interpretação da política e das outras esferas as quais faz parte. Em síntese, afirma que, “a consideração da patronagem e do clientelismo como relações dotadas de uma certa autonomia e racionalidade é um passo importante para a análise aqui desenvolvida, uma vez que abre a possibilidade para se pensar nas trocas de serviços, favores, apoios, votos e lealdades entre parlamentares, lideranças políticas locais e autoridades governamentais não como sobrevivência de relações pretéritas ou mecanismos que cobrem certas falhas, mas como relações constitutivas do universo político” (BEZERRA, 1999, p. 16).

⁵ Os nomes dos atores foram trocados para manter o sigilo sobre as informações.

como por exemplo, o uso de ser sobrinho de ex-vereadores no município, que também fizeram uso do seu sobrenome para conquistar sucesso nas urnas.

Rômulo Pires é filho de um dos ex-vereadores com maior número de mandatos no município (o Sr. Pires como é conhecido), possuindo também a profissão de taxista e de agente de saúde, somado a construção do seu Centro de Assistência Social, em homenagem a sua sogra, que foi uma das principais enfermeiras no município. Construiu sua carreira política, vinculada principalmente desenvolvendo trabalhos com jovens da cidade, prestando serviços como, retirada de documentos e encaminhamentos em cirurgias médicas. Além de ser bastante conhecido entre os representantes das religiões de matrizes africanas no município, em virtude de um dos seus irmãos ter um centro de Candomblé. Já o seu irmão, Romero Pires (Reminho Pires) acionou durante a campanha a vinculação direta da hereditariedade política de seu pai. Somando-se a sua vinculação direta, como representante efetivo do executivo municipal, ou seja, a representação dos “Leites” na Câmara de Vereadores. Um dado importante que vale ser ressaltado é que esses são irmãos apenas por parte de pai. Sendo o Reminho filho do casamento oficial e o Rômulo da união extraconjugal. Rivalidade essa que se apresentam também nos direcionamentos políticos de cada um deles, sendo um dito como representante do executivo e o outro oposição deste.

O Raimundinho construiu todas as suas bases eleitorais através das amizades com outros candidatos a vereadores, como também através das famosas ‘bancas de jogo do bicho’. Quanto ao José da Fábrica Têxtil, esse o recurso eleitoral em que construiu sua campanha foi o uso da Fábrica Têxtil e se lançando como o representante do pequeno povoado ao qual a fábrica está inserida, identificando-se como o ‘Vereador do povoado’. Já o Alberto das ‘Trompas’, sua candidatura está alicerçado nos serviços de encaminhamento de mulheres para a cirurgia de ligadura de trompas das mulheres mais carentes no município, como também por ser pastor de uma das igrejas evangélicas no município, assim identificando-se como o representante do ‘povo cristão evangélico’ do município.

Quanto as representantes do gênero feminino no legislativo municipal, estes ficam identificados na Marília do Hospital, que aciona o recurso profissional e institucional como aporte eleitoral, sendo esta Diretora Geral do município de caridade do município e por trazer na sua herança política a representatividade de seu irmão, que foi vereador, vice-prefeito e prefeito no município. Além de sua vinculação com a Igreja Católica por meio das Irmãs Carmelitas, que comandam o hospital. Quanto a Júlia do

Sindicato, construiu sua base eleitoral através do Sindicato local, dispensando serviços voltados ao auxílio na aposentadoria, principalmente dos munícipes da zona rural, o que engloba os seus trabalhos voltados ao público dos Sem Terra no município. Vale ressaltar que foi eleita como a vereadora mais bem votada neste pleito eleitoral.

Com base no perfil desses vereadores facilmente percebemos os interesses aos quais esses atores construíram suas carreiras políticas, o que fica evidenciado através dos projetos de Lei os quais encabeçam na Câmara. São exemplos dessas ‘militâncias institucionalizada’ os seguintes projetos: a construção de um calendário de eventos e datas comemorativas para o município, no qual se privilegia o dia do evangélico, o dia do católico, o dia da tradição dos povos e comunidade de matrizes africanas; instituição de feriados, como o dia de Nossa Senhora da Conceição; o reconhecimento de instituições e agremiações como utilidade pública municipal, a exemplo da quadrilha junina e da academia municipal de letras, ciência e artes; instituição do plano municipal de saneamento básico, principalmente voltados para as zonas rurais e povoados distantes da Sede municipal, entre outros. Esses projetos de lei demonstram como as vinculações subjetivas dos vereadores são fortemente direcionadas aos interesses particulares de suas militâncias, configurando-se como uma espécie de troca de favores e reconhecimento a suas bases eleitorais. Em outras palavras, uma significativa representatividade e reconhecimento por tê-los eleitos, assim os direcionamentos são feitos com base nas relações sociais e nas redes em que esses traçam fora e dentro da política.

Outro ponto, voltado à atuação subjetiva dos vereadores no município pode ser observado durante a campanha eleitoral estadual de 2018. Durante as construções políticas dos agrupamentos estaduais em volta dos candidatos majoritários para deputados estaduais e federais, senadores e governadores, a câmara de vereadores se viu dissolvida em dois grupos. Com base na imposição política do executivo municipal, o qual decidiu apoiar um grupo político anteriormente rival a sua vinculação partidária, mas que optou por esse grupo, tendo-se em vista a troca de acordos, apoios e favores políticos para a campanha municipal de 2020.

Um grupo ficou vinculado à liderança do prefeito, sendo eles: Romero Pires, vice-presidente da câmara, foi o que ficou indicado a liderar junto ao seu irmão a campanha pública desses candidatos –, Rômulo Pires, Augusto Oliveira (dos Oliveiras), Raimundinho e Alberto das ‘Trompas’.

E o outro grupo ficou liderado por uma das grandes lideranças políticas estaduais, inclusive líder esse que ajudou o atual prefeito a se eleger e reeleger no município, mas que por interesses políticos romperam e decidiu impor a sua autonomia política liderando o grupo dos ‘dissidentes’ locais, todos esses em favor da reeleição do governo estadual atual. Esse grupo no município ficou representado pelo então presidente da câmara, o Paulinho Araújo (dos Araújo), somando-se a Júlia do Sindicato e José da Fábrica Têxtil. Logo em seguida a Marília do Hospital, reconhecida em toda a campanha como oposição direta e declarada a gestão atual, também se juntou a esse bloco, com o intuito de fortalecer o grupo e também se fortalecer politicamente para a campanha municipal e 2020.

Durante o período de campanha, rompimentos e acordos políticos declarados foram propagados nas ruas do município. Atitudes do executivo como forma de represaria e perseguição política, a exemplo da exoneração de todos os cargos em comissão dos que compuseram o bloco dissidente, bem com a promoção de uma ruptura dentro da própria câmara legislativa, através da antecipação e votação da nova chapa para a mesa diretora do legislativo municipal, na qual visou o enfraquecimento do então presidente, o Paulinho Araújo.

Fortemente marcada pelas perseguições e desavenças políticas, a campanha estadual ganhou traços de campanha municipal, onde as pequenas diferenças entre os vereadores foram acentuadas, e as derrotas do grupo dissidente se intensificou. Iniciou-se pela perda da cadeira de presidente, a qual saiu eleito presidente Romero Pires. Assim identificando a força política e de liderança do prefeito, pois agora passaria a ter tanto o domínio executivo como do legislativo em suas mãos. Além da promoção de rupturas políticas com as parcerias que os vereadores dissidentes tinham fora do município, o que ficava claro através das exonerações em empresas privadas e a mitigação de ação efetiva desses vereadores dentro da própria função institucional, isto posto, pois tendo o prefeito a maioria na câmara, os projetos e menções do grupo dissidente ficaram mitigadas.

A rivalidade entre os dois grupos se estendeu até o resultado do primeiro turno das eleições, quando saiu vitorioso o candidato a governo apoiado pelo grupo dissidente. Com esse resultado, e principalmente pela derrota geral do candidato opositor e principalmente dentro do município, a liderança do prefeito ficou balançada. E a nas ruas o povo começou a demonstrar novos afetos aos componentes do grupo dissidente. Com o avanço das transações para o segundo turno, todos os componentes

do primeiro bloco juntaram-se ao bloco dirigente, inclusive com o pedido de auxílio e parceria feito pelo prefeito aos dirigentes do grupo dissidentes. Pedido esse que estava expresso através do apoio direto do executivo municipal ao candidato a reeleição governamental. Formando assim um só bloco, entretanto cheio de reservas e ressalvas.

Com a vitória no segundo turno do candidato anteriormente apenas defendido pelo grupo dissidente, a atuação dos vereadores desse grupo como cabos eleitorais foi amplamente comentada e a política se transmutou para além dos gabinetes oficiais e dos acordos “em sete chaves”. Nas ruas as conversas eram inclinadas em um mesmo tom: a formação de uma nova liderança política, “... agora teremos um novo prefeito de dentro da casa, filho da casa, pois com o apoio do governo ele vai ganhar...”, “... chega dos ‘Leites’ no poder, agora é a vez dos jovens...”, “... se não conseguiu nem eleger dentro do município o seu candidato a governador e senador, imagina um novo candidato para prefeito...”, “... pense que dupla bonita, Paulinho e Júlia, pra prefeitura...”, “... mas a vitória aqui foi por causa do chefão, e agora não vai ter mais pros ‘Leite’ não...”.

Embora a campanha política tenha despertado na população um “novo” direcionamento para a política municipal, o que percebemos é a continua reprodução das mesmas lideranças, as quais ora estão abrilhantadas pelos cargos eletivos de destaque, ou ora estão ofuscadas em oposição ao brilho de ‘algumas outras lideranças’. O que fica claro é o jogo de articulações que são estabelecidos nas coxias da política. O prefeito ‘repressor e patrão’ se rende ao grupo dissidente como uma espécie de seguridade para a manutenção e continuidade de sua gestão durante os futuros dois anos, no outro polo, o grupo dissidente, cliente político da esfera estadual e do próprio município, se ver fortalecido pelos resultados da campanha estadual, entretanto mitigado quando das suas dívidas e favores na conjuntura local. Assim, iniciam-se as novas articulações, os novos acordos e a construção de novos ‘representantes’ na política local, contudo cooptados e construídos aos moldes das lideranças tradições, dos Leites, dos Oliveira e dos Araújo. Todos num só bloco e num só projeto. A liderança da política local.

CONCLUSÕES

Com o propósito de analisar a relação entre política institucional e não institucional no que concerne ao cotidiano da política, valendo-se da observação

participante e da etnografia política, visto que, para poder dar conta do “tempo da política”, é importante estar acompanhando diretamente, participando do dia a dia desses atores. É também nesse momento onde fica mais perceptíveis algumas nuances que não conseguem ser transpassadas pelas entrevistas, tendo em vista que nesse momento, o ator pode controlar a fala e nós, pesquisadores, podemos não conseguir chegar ao fundo das nossas questões.

Com isso, pegando o cotidiano da política de dois municípios de regiões distintas do estado de Sergipe, o local chave foram as câmaras municipais e seus respectivos atores, os vereadores. Entretanto, não seria somente esse o espaço, visto que ele seria o lado “institucional” da política, onde há regras específicas. O outro local seria fora da Câmara, seja na rua, nas casas, reuniões fechadas ou abertas, comícios, carreatas, passeatas, etc. Ou seja, é necessário dar conta dos dois lados da política, considerando-se que ela se encontra e é feita em qualquer lugar.

Assim, ficou perceptível que o ator que se encontra no posto mais baixo da hierarquia política consegue se destacar no momento da campanha estadual, principalmente porque necessariamente, a política se dá inicialmente no município, premissa essa apresentada por Pereira de Queiróz (1976) e que continua sendo válida. Além disso, se colocou como fundamental o olhar aprofundado de como esses atores se inserem na discussão sobre as disputas entre os grupos políticos e familiares.

Não há nada certo, bem delimitado e com fronteiras específicas quando se trata de alianças políticas, principalmente no “tempo da política”. As criação de estratégias é importante quando se coloca na balança o “estar ou não estar” no poder e, além disso, estar com quem está no poder. Como foi apresentado nos dois cenários, essas redes acabam cedendo ao contexto em que elas se encontram, pensando em como o município se relaciona com os agrupamentos da capital e como acaba considerando as ordens daqueles que se encontram a frente das redes de base familiar.

Como é de consenso da literatura sobre a Antropologia da Política, essas características não são uma especificidade de Sergipe e não são muito menos da região Nordeste, mas que se encontra no cotidiano brasileiro. Principalmente se pegarmos os trabalhos do Museu Nacional que tem esse olhar voltado para o “local”. Dessa maneira, se queremos compreender as dualidades, os embates, as alianças, as desavenças do cotidiano da política, precisamos compreender os atores que fazem parte dele, para então, chegarmos a essas conclusões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizes do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 219 p., 1988.
- BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.
- CANDIDO, Antonio. The Brazilian family. In: LYNN SMITH, T. e MARCHANT, A. **Brazil: portrait of half a continent**. New York: Dryden, 1951, p. 291-312.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petropolis: Vozes, 2002.
- KUSCHNIR, Karina. **O Cotidiano da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia brasileira**. Record, Rio de Janeiro, 431 p., 1987.
- OLIVEIRA, Wilson. “Entre pessoas e instituições: gramáticas nativas e lógicas de composição política”. IN: COMEFORD, John. BEZERRA, Marcos Otávio. PALMEIRA, Moacir. **Questões e dimensões da política**, Papéis Selvagens, NUAP, Rio de Janeiro, pp. 111-124, 2017.
- PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. “Os Comícios e a Política de Facções”. In: **Anuário Antropológico 94**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, pp. 31-94, 1995.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. “Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil”. In: **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SANTOS, Pâmella S. S. **O ofício de cabo eleitoral: entre campanhas, comícios e o dia a dia da política**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Sergipe, 2016, 116 f.